



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 18 | Nº. 34 | Jan./Jun. de 2026

Pedro Pereira do Nascimento

Universidade Estadual do Ceará/ UECE.

Pereirapedro99.n@gmail.com

Izabel Cristina Gomes de Sousa

*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro
Brasileira/ UNILAB.*

izabel.cris.1203@gmail.com

Alexandre dos Santos Rocha

*Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central/
FAFIDAM/FECLESC da (UECE).*

alesantos58@hotmail.com

AS AÇÕES PÚBLICAS NA EPIDEMIA DA CÓLERA EM SUCATINGA NO ANO DE 1862 A PARTIR DA IMPRENSA PROVINCIAL.

RESUMO

Este artigo traz uma discussão acerca das ações públicas contra a cólera em Sucatinga, aproximadamente 90 quilômetros de Fortaleza, no ano de 1862. Neste trabalho destacamos medidas de socorro ao povoado e supostas falsas informações das reais condições acerca da cólera em Sucatinga destacadas pelos jornais “O Cearense” e “Pedro II”.

Palavras-chave: Cólera; Sucatinga; Ações públicas.

ABSTRACT

This article discusses public measures taken against cholera in Sucatinga, approximately 90 kilometers from Fortaleza, in 1862. In this study, we highlight relief efforts for the town and alleged misinformation regarding the actual conditions of the cholera outbreak in Sucatinga, as reported by the newspapers “O Cearense” and “Pedro II”.

Keywords: Cholera; Sucatinga; Public lawsuits.

Introdução

A epidemia da cólera *morbus* durante o século XIX fez parte dos problemas de saúde pública do Império Brasileiro, sendo uma doença bacteriana infecciosa intestinal aguda, transmitida por contaminação fecal-oral direta ou pela ingestão de água ou alimentos contaminados (Brasil, 2024). A cólera pode trazer infecções que nos seus estágios mais graves levam a uma desidratação intensa levando a óbito os acometidos.

As epidemias na historiografia são elementos pertencentes e influentes nos debates acerca dos contextos econômicos, políticos e sociais dos espaços onde elas atuam. No Brasil, destacamos a varíola no século XVI, que dizimou várias populações indígenas. A varíola, como escreve Cristina Gurgel em seu trabalho “História da medicina a varíola no Brasil colonial (séculos XVI e XVII)”, “[...] acompanhou o ciclo das grandes navegações e alcançou o Novo Mundo a bordo de caravelas e galeões. A perda da população nativa após o descobrimento aconteceu em um curto espaço de tempo” (GURGEL, 2012, p. 390).

No século XIX, além da cólera, a febre amarela assolou as populações. Jaime Larry Benchimol, no artigo “Febre amarela e epidemias: configurações do problema ao longo do tempo”, traz que “a febre amarela transformou-se em calamidade crônica para nós depois que irromperam grandes epidemias no Rio de Janeiro, em Salvador e outras cidades litorâneas no verão de 1849-1850” (BENCHIMOL, 2021, p. 38).

Junto a essas, epidemias mais recentes como a gripe espanhola, no século XX, causada por uma mutação do vírus da gripe, o influenza A, originando a cepa H1N1. E no começo de 2020 a pandemia da COVID-19, uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus, que matou milhares de pessoas.

A cólera, junto de outros processos epidêmicos no Brasil compunham um contexto em que se relacionou com disputas políticas, econômicas e sociais, e como escreveu Silveira e Figueiredo (2009), as doenças passaram a ser compreendidas como fenômenos historicamente construídos, cuja existência vai além do aspecto biológico, envolvendo também os significados atribuídos por indivíduos e grupos sociais, produzidos dentro de um amplo conjunto de relações socioculturais.

Relatos sobre a cólera no Império Brasileiro foram registrados no ano 1855 quando chegou à Belém do Pará a bordo das navegações portuguesas. “Em sua primeira incursão fez grande número de vítimas nas províncias do Império, contudo, passou ao largo do Ceará, onde só adentrou em uma segunda onda ocorrida no biênio 1862 – 1863” (MACIEL; PAIVA, 2011, p. 132).

No ano de 1862 a cólera assolou várias vilas na província do Ceará fazendo com que o governo tomasse algumas medidas para combater a peste que viria matar muita gente naquele ano, tanto nas capitais, quanto nas vilas dos interiores da Província.

Entre essas medidas foram às criações de Comissões Públicas de Socorros que tinha como objetivo auxiliar vilas e povoados que fossem assolados com a cólera, além disso houve uma reestruturação do espaço urbano com a criação de cemitérios mais afastados dos centros das cidades. Junto a isso, também foi feito, mudanças com o objetivo de tornar Fortaleza uma cidade mais salubre, “passaram pela realocação de matadouros e lazaretos a sotavento do núcleo urbano da vila fazendo com que, mesmo não tão afastados assim do centro, a dispersão dos humores pestilentos estaria garantida pelo vento” (MACIEL; PAIVA, 2011, p. 136).

Nesse contexto da propagação da cólera e suas consequências dentro das estruturas sociais no Ceará, tratamos das ações públicas destinadas ao povoado de Sucatinga no ano de 1862, período em que o povoado fazia parte do município de Cascavel, atualmente pertencente ao município de Beberibe. A escolha por Sucatinga foi devido o povoado ter ganho repercussão nas páginas dos jornais cearenses devido seus supostos casos de cólera, assumindo *status* preocupantes na Província no século XIX.

Este artigo tem como objetivo apresentar as ações promovidas ao povoado por parte do Governo da Província com relação à situação de epidemia da cólera em Sucatinga, a luz da documentação apresentar recortes de notícias que relatam supostas falsas notícias acerca das reais condições da cólera no povoado. Com isso propomos pensar sobre as medidas de socorro públicos e os supostos desvios ou problemas com essas políticas.

A pesquisa foi feita a partir de jornais da província do Ceará na época da segunda metade do século XIX, que acompanhava os movimentos de expansão de uma imprensa que cada vez mais crescia tanto no Império quanto na própria província. As informações que estão nesse artigo foram construídas a partir das matérias produzidas a partir dos jornais: O Cearense, Pedro II e Gazeta Oficial. Esses meios jornalísticos cobriram as repercussões dos efeitos da cólera na província cearense, trazendo mesmo a partir de seu caráter opinativo informações bem relevantes para a compreensão das políticas de assistência. Esses jornais carregavam vertentes políticas distintas, O Cearense e Gazeta Oficial eram liberais enquanto o Pedro II era conservador.

1. A cólera no Ceará no século XIX

Antes de entrarmos no recorte da cólera na província do Ceará no século XIX destacamos como a epidemia de cólera estava afetando o mundo no século XIX. “A cólera é originária da Índia, ocorreu como pandemia pela primeira vez em 1817, espalhando-se por países da Ásia e da África” (LEMOS, 2016, p. 27).

O século XIX foi cercado de mudanças no mundo, principalmente voltados à expansão das ideias liberais que estavam totalmente atreladas às efervescências dos movimentos econômicos e sociais do período. O mundo no século XIX se tornou mais vulnerável a epidemias que já tinham assolado as populações europeias, já que os fluxos comerciais se estendiam pelo mundo, com isso “o grande aumento da movimentação de gente e mercadoria funcionou como força motriz a impulsionar a disseminação das moléstias” (BELTRÃO, 2021, p. 14).

Uma grande quantidade de levas de migrantes transitando a partir das navegações, devido às disputas por territórios por parte dos países europeus, com tripulações que venciam o mar durante muitos dias junto a movimentos de expansão política levando as ideias liberais a partir de projetos de dominação territorial e comercial compunham um contexto histórico em que o mundo se encontrava, interligados a partir das relações comerciais.

Assim como a economia, as doenças ganhavam essa dimensão globalizada, fazendo com que as epidemias se expandissem na mesma proporção.

Os europeus se deparam com a cólera no ano de 1817. Na leva da epidemia que vai de 1829 a 1851, eles vão enfrentar uma situação alarmante com a doença. Países como: “Rússia, Polônia, Alemanha, Inglaterra, França, Espanha e Portugal, tiveram suas cidadelas arrombadas e caíram um a um” (BELTRÃO, 2021, p. 15). Junto disso, os governos estavam lidando com as revoltas liberais, aumentando ainda mais a situação caótica dentro do território europeu.

A partir desse contágio na Europa, a cólera seguiu os rumos das rotas comerciais e militares, chegando nas Américas no ano de 1829, fazendo vítimas no Peru, Chile, México e Estados Unidos. Entre registros sobre a cólera no Brasil destacamos os de 1855, no Pará, devido ao contato com embarcações vindas de Portugal. A cólera vai posteriormente gerar também bastante impacto na província do Ceará no ano de 1862.

As medidas de combate a cólera, como apresenta tanto Jucieldo Ferreira Alexandre (2020) em sua tese intitulada “A peste serve a qual partido? ” Disputas políticas e epidemia do cólera (ceará, 1862-1863)”, quanto Kaori Kodama (2012) em

seu artigo “Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar” estavam ligada a epidemia anterior, a da febre amarela. Epidemia que rompeu com uma a ideia de que o Império brasileiro estava isento das epidemias na primeira metade do século XIX, fato que como escreve Alexandre (2020), era explicado de forma muito simples pelos médicos.

A febre amarela atingiu fortemente o Império entre o verão dos anos de 1849 e 1850, atingindo a capital, Rio de Janeiro, entre outras províncias. Nem a família Real escapou da doença, D. Pedro II e a princesa Isabel ficaram doentes e o príncipe Pedro Afonso, de um ano e meio de idade, acabou falecendo. Sobre o resultado de mortos da febre amarela, Alexandre (2020, p. 62) destaca que: “a estimativa oficial sobre a epidemia na Corte falava em quatro mil cento e sessenta óbitos, enquanto, extraoficialmente, houvesse quem calculasse em mais de dez mil o número de vítimas fatais”.

A partir desse contexto, as ações relacionadas à saúde pública tomaram uma maior importância. Kodama (2012) traz que até a febre amarela às assistências de saúde eram oferecidas pela caridade, sobretudo a Santa Casa de Misericórdia e por outras ordens religiosas, após a epidemia as autoridades propuseram-se a organizar uma melhor estrutura de saúde para a população, na qual se tomou algumas medidas, entre elas: a criação da Junta Central de Higiene Pública e o direcionamento que se procurava impor à Santa Casa com o encaminhamento de grupos específicos para tratamento, como os europeus imigrantes e africanos livres, com obrigatoriedade do mantimento de enfermarias em locais propostos pelo Império.

Com o reconhecimento da epidemia da cólera, medidas similares foram tomadas, com a organização de comissões médicas presentes em algumas freguesias, tendo essas informações divulgadas em jornais que circulavam as províncias.

Alexandre (2020) traz que a criação da Junta também representou um importante passo no processo de institucionalização da medicina no Brasil. Com a fundação das Faculdades de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, em 1832, os médicos passaram a ocupar posição de maior prestígio na sociedade imperial. Nesse contexto, buscaram combater práticas de cura consideradas não oficiais e hábitos populares vistos como prejudiciais à higiene, além de defender reformas urbanas voltadas para a melhoria das condições sanitárias das principais cidades do país.

Contudo, como propõe novamente Alexandre (2020), a epidemia do cólera, em 1855, significou o primeiro grande desafio aos médicos da Junta Central de

Higiene, tendo como primeiro desafio dissenso entre os médicos acerca da causa do cólera, alimentando o debate sobre os paradigmas do contágio infecção.

1.1 O Debate científico

O debate científico acerca das formas de como tratar a cólera causavam conflitos no meio da saúde. “O debate científico europeu no século XIX apontava duas vertentes explicativas para as epidemias: infecção – associada aos miasmas, de base hipocrática – e contágio, que viria a ganhar força com os avanços no campo da microbiologia” (LEMOS, 2016, p. 37-38). A influência Hipocrática relaciona os aspectos do meio físico, o clima, solo, água, hábitos, alimentação, para o surgimento de doenças. E dentro da lógica de contágio “o vento seria, então, o portador das doenças, o veículo condutor dos ares poluídos, corrompidos, que penetrariam no corpo através da respiração e até mesmo dos poros” (LEMOS, 2016, p. 37)

Até o final do século XIX, a teoria miasmática dominou o campo médico, atribuindo a origem das doenças a vapores resultantes da decomposição de matéria orgânica e águas estagnadas. Essa teoria representou o paradigma central na explicação das enfermidades fundamentando as medidas e os debates sobre o tratamento da cólera no Brasil (LEMOS, 2016).

A partir dessa concepção sobre o processo de infecção a partir de miasmas, foi implementado o sistema de combate, em que foi preciso adotar medidas de higiene e aprimorar as condições de alimentação e habitação.

Essas medidas, como propõe Sidney Chalhoub (1996) em seu livro “Cidade Febril”, tinham um foco principal que era a população pobre das províncias. Os pobres, no caso, não só significavam uma classe perigosa para a organização do Império, mas também foco do contágio. Houve com isso um diagnóstico, promovido pelos intelectuais médicos, que associavam a cólera aos hábitos de moradia dos pobres, que eram nocivos à sociedade, sendo essas habitações lugares de propagação de epidemias e dos vícios. As moradias coletivas no Rio de Janeiro, passam a ser fiscalizadas, buscando evitar a presença de vadios, estabelecer melhores realocações do lixo indicadas pelo próprio poder público.

Ademais, os escravizados, como destaca Kodama (2012), faziam parte das altas taxas de mortalidade da cólera em várias províncias. Sendo essa mortalidade atribuída a esse pensamento higienista, em que era atribuída a dieta e o ambiente em que a população cativa vivia. Das condições que favoreciam os escravizados a cólera, Kodama (2012 citando o doutorando em medicina João José da Silva (1857, p.19)

aponta que “entre elas sobressaíam o clima quente e úmido, as variações atmosféricas e as habitações em lugares baixos, mal-arejados, pouco espaçosos e de alta concentração humana. O doutorando citava ainda a falta de asseio, a miséria, as ‘privações de todo gênero’” (KODAMA, 2012, p. 63).

Já para os defensores da vertente contagionista, as doenças eram transmitidas através do contato com ‘pessoas doentes ou por seus objetos contaminados’ (LEMOS, 2016, p. 38). A partir disso suas propostas para o combate seriam necessárias quarentenas para impedir a circulação livre de pessoas portadoras de doenças, que poderiam espalhá-las por onde quer que fossem.

Os posicionamentos políticos ainda interferiram na expansão desses métodos, “a política do partido Liberal aproximava-se do infeccionismo, enquanto a do Conservador era adepta do contagionismo” (LEMOS, 2016, p. 38).

1.2 Posicionamentos políticos e jornalísticos

O Ceará na parte final do século XIX vai viver um processo de mudança de configuração, desde a consolidação de partidos políticos à expansão da imprensa que vai ser fundamental na dinâmica das circulações das ideias que permeavam a Província. Essas mudanças caminham paralelamente à reformulação dos meios de comunicação, no Ceará principalmente, já que vai ter uma grande quantidade de jornais circulando em Fortaleza e em toda Província, trazendo diversidades nas tendências ideológicas, apresentando aspectos tantos liberais, quanto conservadores.

Nesse período, como apresenta Celeste Cordeiro (2007), os jornais junto com os livros, se fortaleceram como vetores de autonomização moral da sociedade, principalmente frente aos ditames da igreja, e de formação do povo como o novo sujeito da era político-eleitoral que começava então e que perdura até hoje.

E desde o anúncio da cólera no Pará em 1855 feita pelo jornal *Pedro II*, a doença foi se expandindo pelo Império. Alexandre (2020, p. 64) destaca que a doença vinha fazendo muitas vítimas, “duzentas mil pessoas no Brasil de 1855 a 1856, sendo cento e trinta mil só na região do atual Nordeste. As províncias da Bahia, Pernambuco e Paraíba tiveram as maiores mortalidades”

Ademais, Alexandre (2020) reforça as incertezas médicas a respeito da doença, que aumentava ainda mais o medo das Províncias com a doença. No Ceará esse medo era enorme, já que como escreve novamente Alexandre (2020, p. 65) “Com a peste agindo, ao mesmo tempo, em três províncias ligadas ao território cearense, a maior parte de suas fronteiras estava sitiada entre 1855 e 1856”.

A cólera poderia entrar no Ceará por Crato, na fronteira com Pernambuco, por Icó, fronteiro da Paraíba e Rio Grande do Norte e em Aracati, vizinho do território potiguar.

A possibilidade da presença da cólera na província fazia com que houvesse um constante deslocamento de médicos na ação de verificar os contos de casos que se espalharam por todo Ceará. A negativa da veracidade desses casos levou a um relaxamento das ações do governo da província. Fato que segundo Maciel e Araújo, (2019) trouxeram a uma máxima: “O Ceará estava Livre da Cólera”. Para governantes como Fausto de Aguiar, ex-presidente da província do Ceará, a salubridade do clima desta capital, como de toda a província, é uma forte garantia contra o desenvolvimento de moléstias epidêmicas de ruim carácter.

Essa confiança foi um dos alarmantes para a chegada da cólera em 1862 com força total, pegando uma Província incrédula e desprotegida dos perigos da doença. O biênio de 1862-1863 marcou o período da cólera no Ceará e foi narrado pelos jornais O Cearense e Pedro II.

Em 1862, segundo escreve Alexandre (2020. p. 66-67):

A demora em aceitar e reconhecer a presença da doença invasora foi uma constante em outras epidemias, afinal, confirmá-la provocava consequências concretas sobre questões políticas, sociais e econômicas da localidade afetada: admitir a presença de doença epidêmica trazia riscos de “dissolução social”. Confrontado com a situação do doente vindo de Sousa, o doutor Pedro Théberge foi obrigado a revelar a presença da cólera: ‘Quando chegamos encon[trei]-o já em termos de expirar, e com todos [sin]tomas do cólera álgido o mais bem pro[v]ado: diarreia e vômitos’ pertinazes de más mucosas e de cor esbranquiçadas, dores [atro]zes no estômago e sobretudo nos membros. No dia 5 de abril de 1862, José Leandro Tavares, “um forasteiro chegado do Rio do Peixe [localidade da Paraíba]”, morreu no núcleo urbano icoense: não havia mais como negar a presença do visitante indesejado no Ceará. A partir de lá, a doença rapidamente se alastrou pela província, seguindo os passos de boiadeiros – Icó era polo de distribuição de gado desde o século XVIII – ou de pessoas que fugiam de localidades contaminadas, carregando o vibrião colérico nos organismos e mantimentos.

As discussões sobre as origens da cólera, assim como as estratégias eficazes para prevenção e tratamento, foram frequentes nos debates médicos e políticos no Brasil durante o século XIX. O primeiro registro conhecido sobre o assunto remonta a 1832, após o surto da doença em Paris. O médico responsável por este registro foi Antônio Correia de Lacerda, um português enviado ao Brasil em 1818, onde desempenhou o cargo de físico-mor.

Lacerda, como um adepto à teoria de Hipócrates, rejeitou a ideia de um caráter contagioso da cólera. No final das contas o debate dos médicos no período se baseou pela questão de contágio ou infecção

O Ceará, imerso nesse período de estruturação e evolução de conceitos, caracterizado por uma interação complexa de tradições e perspectivas, não apenas científicas, mas também religiosas, políticas e econômicas, antecipava a possível chegada do cólera desde 1855, quando a doença surgiu no Pará (LEMOS, 2016).

Pensa-se em uma série de reformas urbanas voltadas ao higienismo, que circulava a partir das ideias europeias, promovendo assim mudanças nos ambientes urbanos apoiadas em ideias compartilhadas por médicos.

No caso cearense, podemos visualizar esses pressupostos em prática através das ações dos médicos José Lourenço e Castro Carreira. Entre as diversas atribuições que os dois tiveram, destacam-se as soluções que propuseram para tentar minimizar a incidência de moléstias comuns na capital cearense elaborando as diretrizes para as reformas urbanas do centro de Fortaleza, tanto que os primos nomeiam hoje, respectivamente, rua e praça na capital cearense (MACIEL; PAIVA, 2021, p.135).

Entre as medidas que foram adotadas, a proibição dos enterros e a exumação dos corpos das igrejas, uma ação que já estava prevista pela lei imperial em 1849. Que no Ceará, a proibição remonta à Lei provincial nº 319 de 1844, que destacava a necessidade de estabelecer um cemitério extramuros em Fortaleza. A diferença entre as datas da proibição imperial e a necessidade de uma lei provincial evidencia que, embora a legislação estivesse em vigor, muitas vezes ela se adaptava às práticas cotidianas. Portanto, mesmo sendo uma medida prevista legalmente, a questão dos cemitérios ainda exige discussões e encaminhamentos específicos (MACIEL; LEMOS, 2021).

Essas discussões ainda se mantiveram, como escreve Alexandre (2010, p. 97): “No ano de 1855, por exemplo, quando a cólera grassava pelo Brasil, o jornal O Araripe criticou as autoridades públicas da cidade pela continuação dos sepultamentos na Matriz, classificando-os com *insuportáveis* por se darem nos seio das ruas”

Os cuidados e medidas tomadas pela província do Ceará não foram suficientes, a criação de cemitérios, afastamento dos já existentes dos centros urbanos, junto a matadouros e lazaretos a sotavento não impediram em 1862 o alastramento da doença na província, causando danos aos espaços urbanos e de produção agrícola. Os interiores da província também sofreram muito com a expansão da epidemia da cólera *morbus*, apresentando números de mortalidade consideráveis, fazendo com que o governo da província do Ceará tomasse medidas, entre elas a

criação de uma Comissão de Socorros Públicos para auxiliar os municípios no combate à cólera.

No campo jornalístico, as reportagens da trajetória da cólera trouxeram também um debate político. Os periódicos do Ceará na segunda metade do século XIX estavam acompanhados de posicionamentos partidários, Alexandre (2020, p. 17) destaca dois deles que é O Cearense e o Pedro II, “em que surgiram nos anos 1840, tendo relação direta com as disputas políticas do fim da Regência, época de configuração dos partidos conservador e liberal”.

Sobre o jornal O Pedro II, Ana Carla Sabino Fernandes (2004) em sua dissertação: “A imprensa em pauta: Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX traz que:

Na imprensa cearense, o Pedro II foi o veículo de informação da política conservadora, “órgão da oposição ao governo liberal, que se iniciava com a escolha de Alencar para presidente da província”, sustentando idéias como ordem, constituição, monarquia e os direitos dos cearenses (FERNANDES, 2004, p. 71).

E sobre O Cearense a autora destaca que:

O Cearense foi fruto do jornal Vinte e Três de Julho, de 1840, órgão político fundado para comemorar a ascensão liberal à presidência da província cearense, com a posse do senador Alencar, e do jornal A Fidelidade, de 1844, substituição do Vinte e Três de Julho, ambos publicados em Fortaleza, sob a direção e redação de Frederico Pamplona, Tristão Araripe e do senador Thomaz Pompeu, que, dois anos depois fundaram o Cearense, com o apoio dos redatores Miguel Ayres, João Brígido, Dr. José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Junior e João Câmara, que atuou como gerente até 1880, ficando no lugar o Dr. Paula Pessoa (FERNANDES, 2004, p. 34).

Ambos os jornais fizeram parte dos debates políticos na Província, alimentando um cenário que vinha também de um contexto imperial, marcado pela disputa de conservadores e liberais nos congressos e gabinetes.

Em um contexto político marcado por crises ministeriais, disputas, idas e vindas de partidos assumindo o gabinete e os ministérios marcaram as divergências políticas.

Alexandre (2020) traz um contexto em que na década de 1860, o sistema político do Império brasileiro passou por um período de mudanças e instabilidade. A ampliação do voto distrital trouxe novos deputados para a Câmara, incluindo antigos liberais, conservadores moderados e líderes políticos locais. Essa nova composição dificultou o controle dos partidos nacionais sobre seus representantes e favoreceu o surgimento de alianças políticas mais flexíveis.

Nesse contexto, o senador Nabuco de Araújo, mesmo sendo de origem conservadora, defendeu a participação das minorias e a cooperação entre liberais e conservadores moderados, criticando a exclusão dos liberais da vida política. Suas ideias contribuíram para o surgimento da Liga Progressista, movimento que buscava unir setores moderados dos dois partidos tradicionais.

A instabilidade política ficou evidente em 1862, quando o gabinete do Marquês de Caxias foi derrubado por uma votação apertada na Câmara. O imperador Dom Pedro II recusou-se a dissolver o parlamento e nomeou Zacarias de Góis e Vasconcelos para formar um novo ministério. Entretanto, o governo teve pouca sustentação política e caiu poucos dias depois, ficando conhecido como o “Gabinete dos Três Dias”.

Para superar a crise, Dom Pedro II nomeou o Marquês de Olinda para chefiar o chamado “Ministério dos Velhos”, composto por políticos experientes. Apesar de não despertar grande entusiasmo, o novo gabinete conseguiu evitar novos conflitos imediatos. Esses acontecimentos demonstram o enfraquecimento das antigas divisões partidárias e o fortalecimento da Liga Progressista, que se tornou uma das principais forças políticas do Império durante os anos 1860.

E é nesse contexto de instabilidade, como escreve Alexandre (2020, p.45) “que José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, deixado de lado faz algumas páginas, assumiu a presidência da província do Ceará. Sua nomeação e posse ocorreram em meio ao sobe e desce de gabinetes de 1862”.

Assumindo em 1862 a cadeira do governo da província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior era Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, assumiu pela segunda vez o posto máximo do executivo provincial: entre 1860 e 1861, governou o Rio Grande do Norte. Na carreira política, ocuparia, ainda, às presidências de duas outras províncias: Alagoas (1868-1871) e Maranhão (1872). Como deputado geral, por Pernambuco, seria eleito para duas legislaturas, em 1872-1875 e 1878-1881, sendo a última dissolvida durante a primeira sessão (ALEXANDRE, 2020).

Ademais, Figueiredo Júnior seguia os passos de seu pai, como era comum entre as elites políticas no Império. José Bento da Cunha Figueiredo foi detentor de um longo currículo: doutor em direito pelo curso jurídico de Olinda, onde tornou-se professor; membro do Partido Conservador, foi presidente das províncias de Alagoas (1849-1853), Pernambuco (1853-1856), Minas Gerais (1861-1862) e Pará (1868-1869); deputado e senador; Conselheiro do Estado; e Ministro dos Negócios do Império, no Gabinete de 25 de junho de 1875, liderado por Caxias. Por seus serviços

políticos, foi agraciado como grande dignitário da Ordem da Rosa e com o título de Visconde do Bom Conselho, no ano de 1888 (ALEXANDRE, 2020).

Figueiredo Júnior, chegava ao governo da província do Ceará com um grande desafio, de conciliação das relações externas do governo do Império com a parciaisidades locais. Isso é apresentado por Alexandre (2020, p. 59):

Era, portanto, essa a feição da política cearense em 1862, quando da posse de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Em momento marcado pela ascensão das propostas da Liga na Corte, sendo responsável pela queda de dois gabinetes em curto espaço de tempo, o presidente teria de lidar com as tensões políticas constantes das parciaisidades cearenses e seguir as orientações emanadas do governo central. Uma vez empossado, Figueiredo Júnior poderia esperar tentativas das facções do Ceará de cooptá-lo para a defesa de seus interesses. Ter a aceitação das parciaisidades em tempo de Liga foi um desafio, afinal, não era desejável ter uma oposição ferrenha contra si naquele contexto: a estabilidade no cargo poderia ser abalada ante a acusação de postura facciosa. Todavia, um evento maior que as vontades dos grupos políticos provinciais acabou embaralhando tudo, dando intensidade às disputas e aumentando as cobranças sobre a presidência: antes mesmo da posse de Figueiredo Júnior em Fortaleza, o cólera atingiu o interior do Ceará.

O Presidente da Província já chegou com a responsabilidade de combater a peste da cólera, a pressão política dos grupos locais e junto a isso a opiniões dos periódicos que cercavam a Província, trazendo opiniões e temáticas como a cólera e as ações do governo provincial.

Uma dessas críticas, de acordo com Alexandre (2020), partiam de pessoas como João Brígido, nascido na província do Rio de Janeiro, em 1829, mas que viveu sua vida no Ceará. Brígido pertencia a uma família originária de Icó e atuou em várias partes da Província como professor e, mesmo sem curso superior, advogado ou rábula. Em 1865 assumiu as redações do O Cearense, e em 1862 utilizava das páginas do jornal O Araripe e de correspondências enviadas à O Cearense, para criticar o papel de desafetos políticos durante a crise epidêmica, especialmente autoridades ligadas aos conservadores, acusadas de fugir das responsabilidades no tempo do cólera.

A cólera assolou o Ceará, principalmente no ano de 1862, Alexandre (2020), traz que após os casos de Icó a peste só se espalhava pela província, chegando a Aquiraz, Assaré, Aracati, Barbalha, Baturité, Canindé, Cascavel, Crato, Fortaleza, Imperatriz, Jardim, Lavras, Maranguape, Milagres, Missão Velha, Morada Nova, Quixeramobim, Russas, Saboeiro, São João do Príncipe, Telha, Várzea Alegre, entre outras. Sendo que, das quatorze comarcas existentes no Ceará, sete foram atingidas entre abril e junho.

Junto a esse momento vai existir uma cobertura por parte dos jornais acerca dos efeitos da doença nos municípios e povoados, entre eles o jornal Pedro II, no ano de 1862, edição, 00121 (2) que traz início da propagação da cólera em 5 de abril em Icó, posteriormente se espalhando após para outros municípios.

Entre esses municípios para onde a doença se expande, Cascavel, onde Sucatinga, nosso recorte fazia parte no período. O livro Cascavel 326 anos, do autor Evânio Bessa (2021) traz um apanhado da história de Cascavel, entre seus capítulos trata dos cemitérios do município. No ano de 1857, com a proibição dos sepultamentos nos interiores das igrejas, a Câmara Municipal já encaminhou a construção do primeiro cemitério público municipal com verbas provinciais, custando o valor de 300\$000 réis.

O cemitério teve sua conclusão em outubro de 1857, esse mesmo cemitério, como aponta Bessa (2021), em 1862 se encheu de gente.

Durante a epidemia de cólera, que afetou 4.000, de uma população de 15.000 habitantes, com 450 casos fatais, sendo 10 na vila, as vítimas foram sepultadas fora da necrópole, cujo cercado era de varas, em local conhecido como cemitério dos colérigos (BESSA, 2021, p. 78).

Além dos números do Livro de registros de cadáveres no cemitério público de Cascavel, os casos de cólera no município ganharam as páginas dos periódicos, trazendo principalmente como destaque um de seus distritos, Sucatinga.

Uma das primeiras notícias sobre a situação da cólera em Sucatinga, nosso recorte, foi trazida a partir de um resumo de mortalidade pelo jornal O cearense no ano de 1862, edição 01528 (1), em que os dados sobre as mortes da cólera na província são apresentados em uma tabela.

Imagem 01- Recorte do Jornal O Cearense com relatório de mortalidade da cólera.

NOTICIÁRIO.		
Fortaleza, 10 de junho de 1862.		
Cholera—Resumo da mortalidade conhecida, mas não rigorosamente verificada, feita pela epidemia na provincia d'esde o dia 5 de abril, que se manifestou no Icó—		
Millagres	(atô 10 de maio)	24
Varzea-alegre	(» 16 » »)	80
S. Matheos	(» » » »)	50
Telha	(» 30 » »)	300
Icó cid. e freg.	(» » » »)	700
Tauhá	(» 18 » »)	126
Quati (Quixeramobim extinto)		9
Riacho do Sangue (extinto)		44
Russas	(» 31 » »)	150
Aracaty	(» 4 » junho cid. e ter.)	600
Cascavel (Sucatinga e Pirangy)		105
Aquiraz	(» 5 » »)	40
Pacatuba (distrito » 9 » »)		300
Maranguape (S. A. » 9 » »)		5
Arronches	(» 8 » »)	3
Capital	(» 10 » »)	104

Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=Cholera%20Sucatinga&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5399> . Acesso: 15 de maio de 2024.

Trazemos como destaque a parte superior da tabela em que coloca os dados como “Reconhecido, mas não rigorosamente verificados, feita pela epidemia na província desde o dia 5 de abril”. Ademais, destacamos os dados referentes às mortes em Cascavel, que dá foco aos povoados de Sucatinga e Pirangi, em que se registraram 105 mortes.

A próxima notícia trazida também pelo Jornal O Cearense, ano de 1862, edição 01534 traz outro resumo da mortalidade da cólera na província, em que “segundo as notícias particulares”, Cascavel e seus povoados de Sucatinga, Pirangi e Cedro somavam 100 mortes até o final do mês de junho.

Imagem 02- Recorte do Jornal O Cearense com relatório de mortalidade da cólera.

*Mortalidade da **cholera** na provincia, segundo as noticias particulares.*

Jardim (até 14 de junho) P. e Porteiras	80
Crato (» »)	37
Milagres (extinto)	24
Missão Velha—até 8 de junho	2
Varzea Alegre (Lavras)—extinto	120
Lavras—até 10 de junho	50
Icó cidade e freguesia (extinto)	700
Telha—extinto	300
S. Matheos até 12 de J. (villa e f.) extinto	220
Saboeiro até 14 de junho (extinto)	62
Assaré até 12 «	8
Arneiroz	45
Inhamum (extinto) com Marrecas	150
Rio do Sangue	60
Quati (Quixeramobim) extinto	9
Russas cidade e termo até 16 de junho	300
Aracati cidade e termo » extinto	650
Cascavel (villa)	13
Cascavel com Sucatinga , Pirangi e Cedro	100
Aquiraz villa, e termo	60
Pacatuba (districto e povoação) extinto	427
Maranguape com S. Antonio até 29	180
Acarape até 22	72
Soure	3
Arronchies	10
Capital até 30 de junho	191

Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Cholera%20Sucatinga&agfis=5403>. Acesso: 15 de maio de 2024.

A situação referente aos casos de cólera em Sucatinga eram tratadas como alarmantes, tendo em vista os números de mortos mostrados nas notícias, no mesmo ano, também no jornal O Cearense, edição 01534 destaca na matéria “na Jubaia já tinha feito 80 victimas, e a epidemia grassava com força nessa povoação e Sucatinga”.

Imagem 03 - Recorte do Jornal O Cearense com relatório de mortalidade da cólera.

*Maranguape. — O mal vai-se extin-
guindo na villa, mas continua fóra, de sorte
que ainda se enterrão diariamente 16 e 20 ca-
dáveres. E' opinião geral que é mister disen-
fectar aquella villa por qualquer maneira.
Na Jubaia já tinha feito 80 victimas, e a epi-
demia grassava com força n'essa povoação e na
Sucatinga.*

Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Cholera%20Sucatinga&pagfis=5415>

Visto esse estado de epidemia, o Governo Provincial começou a se movimentar para conter os danos da cólera, criando Comissões de Socorros Públicos para ajudar seus municípios e povoados.

Alexandre (2020, p. 189-190) traz uma tabela que destaca os nomes dos responsáveis por essas comissões em cada município, em Cascavel, nomes como Sebastião S. Branquinho (Farmacêutico, Sanitarista e vereador na Câmara Municipal de Aquiraz, vizinha de Cascavel); João Segismundo Liberal (Presidente da Câmara e em 1861 1º suplente do subdelegado); Luiz Liberato Ribeiro (Em 1861 Suplente do Subdelegado); José Marcos de Castro Silva, (Ex-deputado provincial em 1848). Vemos que a composição dessa comissão se baseava em pessoas que exerciam papéis dentro da política ou serviço público local. Além desses, a tabela exposta por Alexandre (2020) traz também o Juiz Municipal, na época o Bacharel Joaquim Tavares da Costa Miranda, e o Vigário Padre Domingos Carlos de Saboia.

A partir das notícias correntes nos periódicos, Sucatinga recebe as ações de políticas públicas de socorros a epidemia da cólera, que assim como suas repercussões e mortes também vão ser cobertas pelos jornais presentes na província.

No caso de Sucatinga, o jornal Pedro II (CE), ano 1862, edição 00119 (1) trouxe um requerimento da Comissão Pública de Socorros, do dia 15 de maio em que seria “de uma maior urgência socorrer aquele município, e especialmente a povoação de Sucatinga, d’onde, segundo agora me consta, chegaram notícias desagradáveis do estado da epidemia, embora não houvesse eu recebido comunicação alguma official neste sentido” [...].

Na mesma edição é divulgado um ofício em que Sucatinga receberia o doutor Tomás do Bonfim Spindola, isso depois do doutor Jaime Gomes Robinson alegar não conseguir sair da capital devido incômodos de sua família e cláusulas no seu contrato que não o obrigava a ir para lugares com mais de 14 léguas da capital.

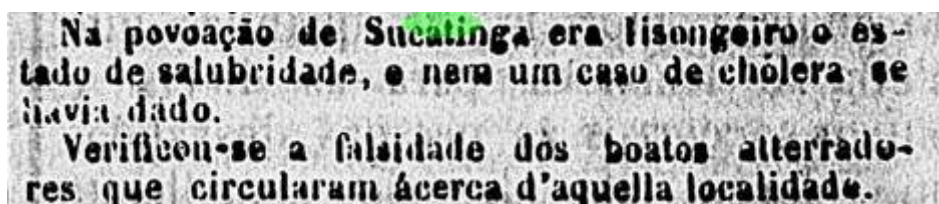
O doutor Spindola viria assim a colocar a matéria do jornal “prestar os serviços de sua profissão às pessoas pobres e acometidas da epidemia reinante neste termo, indo à povoação de Sucatinga”. O doutor levou consigo também uma ambulância com remédios e utensílios e uma quantia de 200 & 000 réis, destinados a dieta dos enfermos, tendo essa distribuição de acordo com uma comissão local de socorros que era a comissão de Cascavel.

Ademais, junto a esse ofício estabelece-se que o delegado de polícia acompanhe o doutor Thomas do Bonfim Spindola para os locais necessitados para que faça a com presteza e o enterramento dos cadáveres.

A edição 00121, no ano de 1862 do jornal Pedro II traz outros custos referente a essas ações da comissão pública de socorro. Nesse caso foi a exposição de um requerimento à Tesouraria para pagar 150 & 000 réis ao Raymundo Serafin dos Anjos Jatahy pelos cavalos que ajudaram na condução do médico ao distrito de Sucatinga”.

No final de junho, a comarca da capital lançou uma nota no jornal Pedro II, edição 145, ano de 1862: “na povoação de Sucatinga era lisonjeiro o estado de salubridade, e nem um caso de cólera se havia dado. Verificou-se a falsidade dos boatos alteradores que circulavam acerca d’aquella localidade”.

Imagem 04 - Recorte do Jornal Pedro II



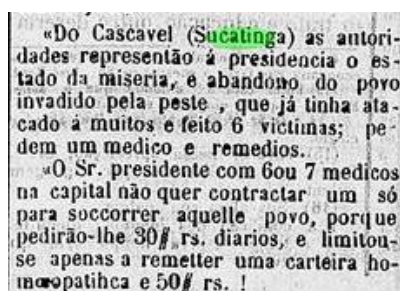
Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pesq=sucatinga&hf=memoria.bn.br&pagfis=6089>

Esse recorte do jornal foi um ponto de reviravolta nas condições mostradas pelas edições dos jornais anteriores, que destacavam uma situação alarmante acerca da cólera em Sucatinga e frente a isso um investimento das ações de socorro pelo governo da província do Ceará.

Mesmo com essa nota da comarca da capital, as autoridades locais pediam a representação da presidência e declaravam um estado de miséria e solicitavam cada vez uma atuação do governo provincial. Isso é mostrado a partir do jornal D. Pedro II na edição de 155 (1) no ano de 1862.

Imagem 05 - Recorte do Jornal Pedro II



Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pesq=sucatinga&hf=memoria.bn.br&pagfis=6129>

Ainda em 1862 o governo da província do Ceará reforça suas constatações relacionadas às fraudes nos números da cólera e dos fins destinados à Comissão de Socorros Públicos. Isso é trazido pelo jornal Gazeta Official (Liberal) na edição 00046 (1), e Sucatinga é trazido como um dos povoados que a partir das repercussões apresentaram notícias falsas e consequentemente exigiram um empenho financeiro e humano do governo da província.

A matéria com o título “Governo da Província”:

Imagem 06 - Recorte do Jornal Gazeta Official.

Tomando conta da administração no dia 3 de maio, tratei logo de obter informações que me parecerão insuspeitas, e de lêr toda a correspondência official recebida e expedida pela presidência com relação ao **chôlera**. Conveneci-me de que uma epidemia mortífera lavrava nas duas comarcas indicadas, e procurei tomar todas as medidas ao meu alcance. Recebendo logo em principio requisições sem fundamento que autorizasse a remessa de amplos socorros para diversas localidades, enviei todavia alguns que podião ocorrer as precisões mais urgentes até que eu reconhecesse a necessidade de ampliá-los, como effectivamente ampliei. Uma d'essas localidades era o districto de **Sucatinga**.

Tive d'ali noticia official de que a epidemia lavrava com a maior intensidade, e cartas particulares davão até como certa a noticia de cadaveres insepultos. Fiz seguir um medico com todos os recursos necessarios, o juiz municipal e delegado do termo, e um destacamento. Pude então saber que a noticia era completamente **falsa**, porque não se havia dado ainda um só caso do **chôlera**.

Fonte: Biblioteca Nacional - Hemeroteca. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=247111&pesq=falsa%20chôlera%20sucatinga&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=182>

As notícias apresentadas desde o começo sobre a cólera em Sucatinga e os recortes finais das condições apresentadas mostram além das ações públicas de socorros promovidas pelo governo da província uma suposta falsificação dos dados que chegaram para a promoção dessas ações públicas. Como propõe Maciel; Alexandre (2021, p. 103): “A preocupação com o potencial de transmissão dos mortos fez com que o presidente mobilizasse também delegado e juiz municipal para verificar o estado sanitário da localidade”. E após as análises dos documentos oficiais a constatação das fraudes e dos falsos boatos levaram uma problemática que se

apresentava na província, além dos casos que existiam e assolavam algumas comarcas existiam os as falsificações e o exercício de recursos que se perdiam.

Considerações finais

A cólera fez parte do contexto social, político e científico da segunda metade do século XIX no Brasil. Assim como outras epidemias proporcionou medidas que reorganizou a estrutura social de povoados, municípios e províncias. No Ceará a doença ganhou muita repercussão, chegando em 1862 afetando diretamente tanto a capital quanto os povoados do interior da Província.

Essa situação alarmante fez com que houvesse uma reorganização das estruturas urbanas, afastamento dos cemitérios dos centros das cidades, a partir do cumprimento gradativo das leis e da regra das comissões de higiene do Império leis que visavam uma realocação de cemitérios, matadouros e lazaretos.

Esse contexto da peste da cólera vai fazer com que o governo da província se organizasse em prol do combate dos impactos da doença, principalmente pelas catástrofes e sociais que a doença trouxe junto também de uma pressão política depositada ao governador de tinha acabado de chegar frente a uma crise na política imperial e a necessidade de inserção nos interesses das parcialidade locais.

Entre as medidas de combate à cólera houve a criação das Comissão de Socorros Públicos, que disponibiliza médicos, remédio para a capital, municípios e povoados. Essas comissões contavam com um grupo político local, principalmente em nosso recorte Cascavel, município que Sucatinga fazia parte na década 1860.

Sucatinga, povoado do município de Cascavel no período de 1862, ganhou as páginas dos jornais O Cearense, Pedro II e a Gazeta Oficial, devido os boatos de uma situação alarmante que se apresentará no povoado. A Comissão Publica de Socorros foi acionada a partir do envio de recursos humanos e dinheiro para a contenção de um suposto contágio daquela população.

A nota apresentando supostas falsidades nos boatos dos casos de cólera em Sucatinga contribuem para pensar além do entendimento acerca das estratégias e ações públicas promovidas pela província do Ceará, somam também os entendimentos acerca dos supostos desvios das verbas relacionadas à peste que assolou o Ceará na segunda metade do século XIX. Alimentando assim um questionamento das ações públicas de combate a cólera e suas aplicações em várias espacialidades.

Referências

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **A peste serve a qual partido?** Disputas políticas e epidemia do cólera (Ceará, 1862-1863). Orientador: Mario Grynszpan. 2020. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

BELTRÃO, Jane. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, 2004.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Febre amarela e epidemias: configurações do problema ao longo do tempo. **Revista NUPEM**, v. 13, n. 29, p. 36-71, 2021.

BESSA, Evânio Reis et al. **Cascavel: 326 anos**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cólera**, Brasília, 2024, Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/colera>. Acesso em 02 de outubro de 2025.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. Editora Companhia das Letras, 1996.

CORDEIRO, Celeste. **O Ceará na segunda metade do século XIX**. in SOUZA, Simone (org.). **Uma nova História do Ceará**. 4. ed - Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007, p. 135-161.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. 2004.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; DA ROSA, Camila Andrade Pereira. História da medicina a varíola no Brasil colonial (séculos XVI e XVII). **Revista de Patologia Tropical/Journal of Tropical Pathology**, v. 41, n. 4, 2012.

LE MOS, Mayara de Almeida. **Terror no sertão do Ceará: o cólera e seus flagelos**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, p. 59-79, 2012.

MACIEL, Dhenis Silva; ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **“E a padiola ia e vinha, rangendo lugubrememente”**: coveiros, cemitérios e epidemia do cólera no Ceará (1862): gravediggers, cemeteries and cholera epidemic in Ceará (1862). *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, v. 6, n. 11, p. 92-108, 2021.

MACIEL, Dhenis Silva; PAIVA, Flávia Ingrid Bezerra. **A doença e o ordenamento urbano: reflexões acerca da epidemia de cólera no século XIX nas vilas de Maranguape e Fortaleza (Ceará)**. *Contraponto*, v. 10, n. 1, p. 131, 2021.

MACIEL, Dhenis Silva; DE ARAÚJO, Mayara Carolinne Beserra. **A construção noticiosa da epidemia de cólera no Ceará pelos jornais partidários Pedro II e o Cearense (1855–1863)**. Embornal, v. 10, n. 19, p. 115-129, 2019.

SILVEIRA, A. J. T.; FIGUEIREDO, B. G. Apresentação. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 374-367, 2009.

Fontes

NOTICIÁRIO. **O Cearense**, Ceará. 1862. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/colera>.

MORTALIDADE DO CHÓLERA. **O Cearense**, Ceará, 1862. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Cholera%20Sucatinga&pagfis=5403>.

MARANGUAPE. **O Cearense**. Ceará, 1862. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Cholera%20Sucatinga&pagfis=5415>

COMARCA DA CAPITAL. **Pedro II**. Ceará. 1862. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pesq=sucatinga&hf=memoria.bn.br&pagfis=6089>

DO CASCAVEL. **Pedro II**. Ceará. 1862. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&pesq=sucatinga&hf=memoria.bn.br&pagfis=6129>

GOVERNO DA PROVÍNCIA. **Gazeta Oficial**. Ceará. 1862. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=247111&pesq=falsa%20cholera%20sucatinga&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=18>

Pedro Pereira do Nascimento

Pedro Pereira do Nascimento: Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Cultura e Espacialidade (UECE), Graduado em História (UNILAB.) E-mail: pereirapedro99.n@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6698747231467202>

Izabel Cristina Gomes de Sousa

Graduada em Licenciatura em Biologia (UNILAB), professora da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio E-mail: izabel.cris.1203@gmail.com, lattes: <http://lattes.cnpq.br/1106595934288414>

Alexandre dos Santos Rocha

Mestre em Educação e Ensino pelo Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi FAFIDAM/FECLESC da (UECE). E-mail: alesantos58@hotmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4408113247449795>
